



***RELATÓRIO ANUAL DE
ATIVIDADES DE
AUDITORIA INTERNA -
RAINT
(COAUD 2020)***



DELIBERAÇÃO ORIGINÁRIA

Em observância aos arts. 4 e 5 da [Resolução CNJ nº 308, de 11 de março de 2020](#), apresentamos ao Plenário e ao Conselho de Governança do TRE-BA o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - Exercício 2020, consignando o desempenho da unidade de auditoria interna em relação ao plano anual de auditoria interna aprovado, bem como os principais riscos e fragilidades de controle interno evidenciados nos processos fiscalizatórios realizados.

AUDITORIA INTERNA

No âmbito do TRE-BA, as funções de auditoria interna são desempenhadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD) e respectivas unidades operacionais vinculadas, tendo a recente reestruturação administrativa efetivada pela Resolução Administrativa TRE-BA nº 4, de 12 de abril de 2021, subordinado a unidade de auditoria interna à Secretaria-Geral da Presidência, conforme [Organograma](#).

Em harmonização com os princípios de transparência e *accountability*, a COAUD disponibiliza, no Portal da Internet do TRE-BA, os relatórios de auditoria das ações fiscalizatórias realizadas, certificados de auditoria, Planos de Auditoria Anuais e de Longo Prazo, visando a assegurar uma gestão transparente de informações, como pode se verificar através do link: <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/auditoria-interna/auditoria-interna>.

Ademais, a COAUD possui processo de trabalho mapeado e plano de tratamento de riscos associados, viabilizando a instituição de novos mecanismos de controle interno e/ou aperfeiçoamento daqueles existentes.

SELEÇÃO DAS ÁREAS AUDITÁVEIS



A metodologia de seleção de objetos a serem auditados ao longo do exercício 2020 referenciou-se nas macro áreas auditáveis explicitadas no [Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021 \(PALP\)](#).

Em face da utilização do Sistema AudiTSE, procedeu-se ao desdobramento das macro áreas – governança, gestão de riscos e controle interno; gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; gestão de compras e contratações; gestão de resultados; gestão de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e gestão de pessoas – em processos e subprocessos.

A seleção observou a avaliação, pela unidade de auditoria, dos critérios afetos à materialidade – volume de recursos orçamentários envolvidos–, relevância – papel de contribuição no alcance dos objetivos e metas organizacionais–, e criticidade – interstício de tempo decorrido desde a última ação fiscalizatória realizada.



Adicionalmente, ponderou-se a quantidade de horas de auditoria requerida, bem como as diretrizes para realização obrigatória de ações coordenadas e integradas emanadas do CNJ e TSE, respectivamente, em face da capacidade operacional da COAUD.

Assim, a soma ponderada da pontuação conferida pela COAUD a cada fator de risco analisado, associada à obrigatoriedade de realização de ações fiscalizatórias determinadas por Órgãos Externos de Controle, resultou no seguinte indicativo de áreas para exame prioritário, em 2020:

PROCESSO AUDITÁVEL	GESTOR	RISCO
Infraestrutura de TIC	STI	16
Licitações e Contratações de Limpeza e Conservação	SGA	16
Planejamento das Eleições	SPL	16
Gestão de Comissionamento	SGP	14
Gestão de Acessibilidade	SGA	13

Ocorre que essa seleção das áreas auditáveis para o exercício 2020 teve que ser ajustada para se adequar às novas diretrizes dispostas pela Corte de Contas, a fim de contemplar a determinação contida na [IN TCU nº 84, de 22 de abril de 2020](#), para realização de auditoria financeira integrada com conformidade, observando a materialidade, os riscos e a sensibilidade das operações, transações e/ou atos de gestão subjacentes. Nesse sentido, as ações fiscalizatórias relacionadas à área de gestão de pessoas e de licitações e contratos tiveram seus objetos determinados na fase de planejamento da auditoria financeira integrada com conformidade, a qual conduziu os trabalhos a serem desenvolvidos para subsidiar o opinativo da auditoria na certificação nas contas do TRE-BA.

Além disso, para se ajustar à realidade da epidemia do Coronavírus, que se iniciou em nosso país em março de 2020, ocasionando o isolamento social e o trabalho remoto como fato imperativo para o desenvolvimento dos trabalhos, determinando, inclusive, alteração da data das Eleições Municipais, atividade fim deste Regional, fez-se necessário o cancelamento da auditoria no processo de Planejamento das Eleições, atribuída à Seção de Auditoria em Governança e Gestão Organizacional e do monitoramento da Auditoria Integrada TSE/TREs-Gestão da força de trabalho/Dimensionamento da força de trabalho PAA2018, a fim de permitir o desenvolvimento das atividades relacionadas à auditoria financeira integrada com conformidade.

Por fim, ajustando-se, ainda, à realidade posta ocorreu a exclusão da ação coordenada pelo CNJ da auditoria de Acessibilidade e a prorrogação pelo TSE, para 2021, dos trabalhos da auditoria integrada TRE's/TSE no processo de gerenciamento de ativos de TIC.

Assim, com os ajustes realizados, seguem as áreas priorizadas para 2020:

PROCESSO AUDITÁVEL	GESTOR
Infraestrutura de TIC	STI
Financeira	SOF
Gestão de pessoas com foco na folha de pagamento	SGP
Gestão de compras e contratações	SGA



PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAINT) 2020



As ações de natureza fiscalizatória realizadas ao longo do exercício de referência foram dirigidas pelo [PAINT2020](#), aprovado por meio da Portaria da Presidência desta Casa nº 485, de 22 de novembro de 2019, alterado pela Portaria da Presidência nº 297, de 24 de agosto de 2020.

O referido planejamento estabeleceu a realização de 5 ações fiscalizatórias, sendo:

- ✓ 4 auditorias: Integrada TSE/TRE – Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativo; Financeira integrada com conformidade; Financeira integrada com conformidade na área de Gestão de Pessoas com foco na folha de pagamento; Financeira integrada com conformidade na área de Compras e Contratações.
- ✓ 1 monitoramento de ações pretéritas: Auditoria Coordenada CNJ – Governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil.

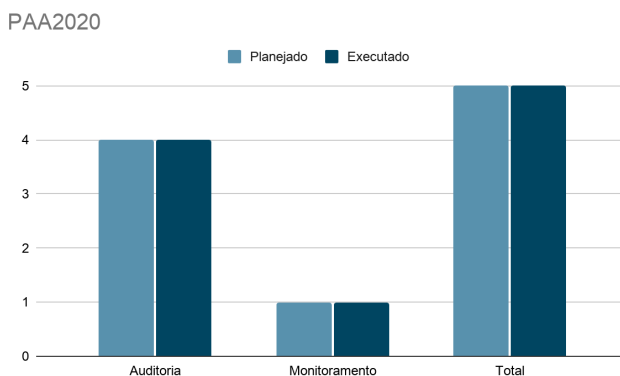
Registre-se que a Auditoria Integrada TSE/TRE – Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos, foi prorrogada pelo TSE para o período de 15/3 a 30/6/2021, tendo sido inserida no PAA2021.



RESULTADOS

Assim, analisadas as ações fiscalizatórias ultimadas em 2020, conclui-se pelo cumprimento de **100%** do quanto planejado, tendo em vista a prorrogação da Auditoria Integrada TSE/TRE – Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos, pelo TSE, e do prazo para conclusão das auditorias financeiras integradas com conformidade para 30/6/2021, para este Regional, para emissão do relatório e certificado de auditoria.

Gráfico 1: Demonstrativo de execução do PAINT2020 – COAUD/TRE-BA.



Fonte: PAINT2020 da COAUD/TRE-BA.

Registre-se que as equipes de auditoria mantiveram a independência durante os procedimentos fiscalizatórios realizados, não havendo restrição por parte das unidades auditadas ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro e informação.

VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS

Os recursos fiscalizados perfazem o total de R\$452.645.324,70 distribuídos nos ciclos contábeis constantes da tabela abaixo:

Ciclos Contábeis	Volume recursos fiscalizados (R\$)	% da dotação atualizada
Bens Imóveis	99.451.332,35	26%
Bens Móveis	100.830.233,87	26%
Contratação de Serviços	18.793.844,33	5%
Despesas de Pessoal	233.499.914,15	61%
Total	452.645.324,70	118%

DETALHAMENTO DAS AÇÕES REALIZADAS

Gestão da Infraestrutura de TIC

- Objetivo: avaliar o gerenciamento dos ativos de TIC ao longo do seu ciclo de vida no âmbito do TRE-BA.
- Melhorias propostas: apresentação do mapeamento do processo de Gestão de Ativos de TIC, incluindo as etapas de identificação e registro dos ativos de TIC, de descarte dos ativos de TIC e de gerenciamento de licenças dos ativos de TIC; apresentação de inventário de softwares do Tribunal, no qual conste quais são os sistemas existentes, onde estão localizados, quem são os responsáveis por eles, os relacionamentos e/ou dependências com outros sistemas e respectivas informações contratuais, quando cabível; regularização da situação dos softwares de particulares e de empresas contratadas



instalados nos equipamentos do Tribunal; adoção de solução no sentido de regularizar a situação dos softwares cujas licenças instaladas superem a quantidade das contratadas, quando não se tratar de licença particular com autorização de instalação devidamente documentada; apresentação do registro de todas as licenças de software adquiridas e contratos de licença associados; promoção da divulgação da PSI e normativos afins, bem como ações para disseminação da cultura em segurança da informação, a fim de garantir o cumprimento das normas de segurança estabelecidas pela Portaria nº 356/2018, NSI nº 002, itens 5.1.3, 5.1.5 e 5.4.3; assecuração de que os papéis e responsabilidades sejam efetivamente desempenhados pelos titulares das funções/cargos designados; ateste da correspondência das especificações dos 27 servidores de dados recebidos àquelas indicadas pelo TSE e, caso contrário, comunicação à SGPRES para regularização e eventual apuração; promoção do aperfeiçoamento dos normativos internos relativos ao procedimento de desfazimento de ativos de TIC, de forma a garantir a segurança no seu descarte; instituição de rotina de documentação dos atos e procedimentos praticados no processo de descarte de ativos de TIC, atentando-se para a necessidade de ateste do responsável de TI quanto à utilização de critérios de segurança; instituição ou aperfeiçoamento de controle que assegure o encaminhamento de termo de doação ao Diretor-Geral somente após apreciação pela ASJUR, salvo se dispensada a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, nos termos do art. 53, §5º, da Lei nº 14.133/2021; exclusão do acesso dos estagiários, requisitados e servidores efetivos desligados do Tribunal com conta ativa no Sistema Acesso Administração relacionados na situação encontrada do achado; regulamentação do gerenciamento de dados de terceirizados, estagiários, requisitados, juízes e servidores aposentados no âmbito deste Regional, de forma a assegurar o cumprimento das Normas de Segurança da Informação, inclusive no que se refere ao gerenciamento de acesso de magistrados ao PJe Zonal respectivo; apresentação de plano de ação para aprimoramento do monitoramento do desempenho dos ativos de TIC, implementando as etapas nas datas previstas; instituição de rotina de controle de integridade entre os sistemas utilizados na gestão de ativos de TI; e apresentação de plano de ação para implementação de solução para aprimoramento dos registros e controles associados aos softwares desenvolvidos pelo Tribunal.

Auditoria Financeira Integrada com Conformidade na área de gestão orçamentária, financeira e contábil

- Objetivo: emitir relatório e certificado de auditoria com opinião sobre se as demonstrações contábeis do TRE-BA foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro; e se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.
- Melhorias propostas: comprovação de que os bens imóveis pertencentes ao TRE-BA se encontram devidamente cadastrados no SPIUnet; reavaliação dos bens imóveis pertencentes ao TRE-BA; elaboração de estudos e plano de ação para aprimorar o processo de contratação, de forma que o registro das despesas do TRE-BA observe a regra de competência do exercício; que se verifique a adequação dos valores dos bens móveis registrados no ASIWEB, realizando a devida compatibilização com o SIAFI; capacitação acerca da operacionalização do sistema ASIWEB, de forma a minimizar o *gap* de competências; lançamento da depreciação dos bens classificados como armamentos; adequação dos registros de depreciação acumulada no SIAFI às normas contábeis correlatas de forma a não ocorrer a depreciação de bens não localizados; avaliação dos últimos 120 meses para verificar se os bens baixados estão sendo depreciados, atualizando os referidos bens de forma a não contabilizar sua depreciação; correção de dados inseridos no sistema ASIWEB, a fim de viabilizar a mensuração



correta dos bens registrados; adoção de providências no sentido de se definir unidade responsável o lançamento da amortização dos bens classificados como intangíveis; aprimoramento dos controles internos instituídos de forma a evitar lançamentos contábeis com contas contábeis incorretas ou inversão de contas; ; plano de ação com medidas que busquem conter, nos próximos exercícios, o aumento do estoque de restos a pagar, em especial restos a pagar não processados; medidas para assegurar o atendimento ao quanto previsto no arts. 2o, § 4 da Portaria da Presidência TRE/BA no 417/2020, de modo a evitar a inscrição de material de consumo como restos a pagar.

Auditoria Financeira Integrada com Conformidade na área de gestão de compras e contratações

- Objetivo: Verificar se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA relativos aos processos de compras e contratações estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.
- Melhorias propostas: realização de estudos para evidenciar o custo-benefício de manutenção do contrato firmado, sem prejuízo à continuidade do serviço, observando aspectos como eventual pagamento de multas e despesas com nova contratação, e, sucessivamente, submissão do resultado à apreciação da Presidência para adoção da alternativa mais vantajosa para a Administração; prorrogação do Contrato nº 05/2020 apenas pelo tempo necessário para finalização de nova contratação, a fim de evitar a descontinuidade do serviço, e observância aos procedimentos descritos na Portaria DG TRE-BA nº 97/2019 e no Acórdão 1.097/2019 - Plenário/TCU, itens 9.2.2.1 e 9.2.2.2, para a realização de nova licitação; regularização da designação formal dos servidores indicados pela SOF para atuarem como gestores da conta depósito vinculada do Contrato nº 122/2018, conforme determina o art. 6º da Portaria DG nº 04/2016; promoção de consulta ao CNJ acerca da possibilidade de excepcional dispensa de abertura de conta vinculada em contratos de curta duração ou para postos temporários e, enquanto não autorizado pelo referido órgão de controle, expedição de orientação acerca da obrigatoriedade de constar nos termos de referência, editais e contratos as rubricas e percentuais da conta-depósito vinculada para as contratações de prestação de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva, ainda que em contratações de curta duração; revisão da Portaria DG nº 04/2016 para adequação dos procedimentos atinentes à conta depósito vinculada, no âmbito do TRE-BA, às alterações introduzidas na Resolução CNJ nº 169/2013 pelos normativos posteriores à edição da norma interna, a exemplo da definição quanto à dedicação exclusiva de mão-de-obra; disponibilização de treinamento permanente acerca de fiscalização de contratos, nos termos do art. 13 da Portaria DG nº 192/2015; solicitação à empresa contratada de imediata apresentação da garantia contratual, e na hipótese de não apresentação, promoção da retenção do valor, com a respectiva abertura de procedimento para apuração de responsabilidade contratual; inclusão formal, no Plano Anual de Capacitação, de ações de capacitação para as funções-chave de contratações, incluindo servidores responsáveis pela elaboração dos termos de referência nas unidades demandantes; regularização da publicação no sítio oficial do Tribunal dos contratos elencados no achado, bem como de suas respectivas alterações; aprimoramento dos mecanismos de controle para garantir a tempestiva publicação de todos os contratos celebrados pelo Órgão e respectivas alterações; apresentação de estudos técnicos preliminares relativos à contratação do serviço de gestão informatizada de frota de veículos do TRE/BA, conforme previsto no Plano Anual de Contratações - 2021; atualização das orientações e modelos de termos de referência e de minutas de edital em relação à necessidade de justificar a-eventual exclusão de empresas organizadas em consórcio e a exigência de Certificado de Marca de Conformidade à norma ABNT NBR, por meio dos estudos técnicos preliminares; expedição de orientação à SGA no sentido que, na hipótese de necessidade de novos serviços, priorize a realização de novo procedimento licitatório, fundamentado em estudos técnicos preliminares,



abstendo-se de firmar aditivos com alteração contratual qualitativa, quando não necessária e imprescindível à realização do objeto do contrato originário.

Auditoria Financeira Integrada com Conformidade na área de gestão de pessoas com foco na folha de pagamento

- Objetivo: Verificar se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA, relacionados ao processo de elaboração da folha de pagamento, estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.
- Melhorias propostas: ajustes em folha de pagamento dos benefícios de pensão civil de determinados beneficiários; revisão dos índices utilizados para atualização dos benefícios de pensão civil pagos nos últimos 5 anos, efetuando os devidos ajustes; aprimoramento das rotinas de trabalho e controles internos adotados nos processos de inclusão, reajuste e exclusão de proventos de aposentadoria e benefícios de pensão civil em folha de pagamento, em consonância com os fundamentos legais das concessões realizadas e eventuais alterações futuras; acertos financeiros relativos ao pagamento da vantagem estabelecida no art. 192 da Lei nº 8.112/1990 nos períodos anteriores a janeiro/2021, com observância do prazo prescricional; aprimoramento dos controles internos adotados para reajuste da vantagem estabelecida no art. 192 da Lei nº 8.112/1990; revisão de rubricas e acertos financeiros pertinentes em determinados proventos de aposentadoria e benefícios de pensão civil, observado o prazo prescricional; identificação de servidores aposentados que percebem proventos de aposentadoria em rubrica correspondente a ato de concessão não apreciado pelo TCU, com atualização da informação no Módulo de Aposentadoria do SGRH para aqueles cujos atos já foram julgados, a fim de que a despesa de pessoal verificada possa ser atribuída à conta contábil pertinente; desconto de contribuição previdenciária não incluído em janeiro e fevereiro/2020 para beneficiária de pensão civil; determinação para publicação das portarias de nomeação para exercício de cargo comissionado e de designação para exercício de função comissionada no Diário Oficial da União; estabelecimento da Unidade do Tribunal competente para acompanhamento e controle do pagamento da gratificação devida aos Promotores Eleitorais; desconto da gratificação paga aos Promotores identificados na situação encontrada, em dias de afastamento no exercício de 2020; apresentação de plano de ação para desconto da gratificação paga aos Promotores em dias de afastamento, observada a prescrição quinquenal; -revisão do normativo interno relativo à concessão de férias; adequando as regras previstas nos arts. 21 e 22 da Resolução Administrativa TRE-BA nº 9/2013 ao quanto prescrito no art. 76 da Lei nº 8.112/1990; verificação quanto à existência de processo administrativo ou judicial que tenha concedido direitos a determinados servidores, procedendo à regularização da situação nos registros funcionais, na folha de pagamento e perante a Corte Externa de Contas; desconto dos valores indevidamente recebidos, a título de função comissionada e auxílio-alimentação, por determinado servidor; regularização do desconto das ausências e atrasos injustificados de determinado servidor; e elaboração e integralização de plano de ação para identificar aposentados e pensionistas com proventos e benefícios concedidos ou alterados a partir de 1/1/1998, ainda que com efeitos retroativos, com base em fundamentos, direitos e vantagens divergentes dos informados ao TCU, regularizando a situação perante a Corte Externa de Contas.

Monitoramento da Auditoria Coordenada CNJ - Governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil



- Objetivo: avaliar a adequação orçamentária e financeira, utilizando como base os requisitos estabelecidos na Legislação Federal, nas Resoluções CNJ nº 195/2014 e nº 198/2014, e nas boas práticas nacionais e internacionais.
- Melhorias alcançadas: instituição de rotina de verificação de baixa dos valores registrados no SIAFI relacionados a suprimentos de fundos e débito com o erário; instituição de controles internos para observância das rotinas e procedimentos estabelecidos na Portaria da Presidência nº 558/2011; orientação às unidades demandantes no sentido de priorização das contratações de maiores valores constantes da proposta orçamentária no primeiro semestre do exercício; realização de procedimentos para reajustar o contrato nº 36/2016 celebrado com a empresa Gráfica e Editora Mafali LTDA; aprimoramento do registro das informações relativas ao pagamento de faturas e tributos das contas de água, de forma a facilitar a identificação dos valores pagos; identificação do período a que se refere às demonstrações contábeis quando da elaboração do Relatório de Gestão Anual; especificação nas notas explicativas das taxas de depreciação utilizadas do Ativo Imobilizado - Bens Móveis quando da elaboração do Relatório de Gestão Anual; apresentação de Plano de Tratamento de Riscos do GAB-SOF e da COFIC.

SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO



Cumprir destacar que a atividade de monitoramento de recomendações emitidas nos trabalhos de auditoria está regulamentada na Resolução CNJ nº 309/2020.

Ao final dos trabalhos de avaliação, são realizadas as reuniões de comunicação de resultados, antes da emissão do relatório conclusivo, que explicita achados e respectivos elementos caracterizadores e evidências – bem como proposições voltadas ao saneamento de desconformidades evidenciadas.

Após homologação das proposições pela Presidência, a unidade de auditoria interna científica as áreas destinatárias dos encaminhamentos, com vistas ao cumprimento do quanto referendado, observados forma e prazo definidos, bem como necessidade de reportar à COAUD as providências adotadas. Registre-se que, em regra, as ações de natureza fiscalizatória levadas a efeito em um dado exercício são monitoradas no ano subsequente, consoante previsão inserta no instrumento de planejamento anual pertinente.

O fluxo do processo de monitoramento contempla etapas de planejamento, execução e elaboração de relatório. No primeiro momento, emite-se o comunicado de monitoramento de auditoria; concebe-se a matriz de planejamento correspondente; efetua-se o levantamento dos encaminhamentos homologados, bem como das informações atinentes às providências já adotadas porventura reportadas pelas unidades auditadas/inspeccionadas/fiscalizadas ou publicadas no Diário Eletrônico do Tribunal (DJE do TRE-BA); classifica-se, em caráter preliminar, os encaminhamentos monitorados em “implementados”, “em implementação” ou “não implementados”; e procede-se à elaboração das requisições de documentos e/ou informações (RDIs) necessárias.



Ao longo da execução, são expedidas RDIs; coletados e analisados informações e documentos; verifica-se eventual perda de objeto ou necessidade de declaração de insubsistência de encaminhamento anteriormente proposto; e procede-se à classificação, em caráter definitivo, das proposições monitoradas.

Na sequência, passa-se à elaboração do relatório, contemplando conclusões referentes ao estágio de cumprimento das determinações/recomendações objeto de monitoramento, bem como acerca dos resultados advindos para a gestão, em decorrência do quanto já implementado.

ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

No curso de 2020, este Regional recebeu da Corte de Contas oito indícios de irregularidade para apuração, sendo 7 deles já atendidos por este Tribunal e remanescendo apenas um, já decidido pela Administração, com providências pela gestão para devida comunicação ao TCU. Além disso, foram proferidos pela Corte Externa de Contas, e recebidos via Conecta-TCU, os Acórdãos TCU n.º1.345/2020 - Plenário; 827/20 - 2ª Câmara; 798/2020 - Plenário e 78/2020 - Plenário, todos já atendidos após cumprimento das determinações pelas unidades competentes. Vale ressaltar, ainda, que foram remetidos a este Regional, através do CNJ, os Acórdãos TCU n.º 1.408/2020, 1.111/2020, 1.424/2020, 2.175/2020, 4.397/2020 e 1.599/2019, os quais foram direcionados às unidades pertinentes para ciência e providências cabíveis, não restando determinação ou encaminhado oriundo da Corte de Contas sem adoção de providências para seu devido atendimento. Em relação à obrigatoriedade de apresentação de declaração anual de bens e rendas por magistrados e servidores deste Tribunal, registre-se o atendimento do quanto requerido por servidores e juízes-membros deste Tribunal.

FORÇA DE TRABALHO

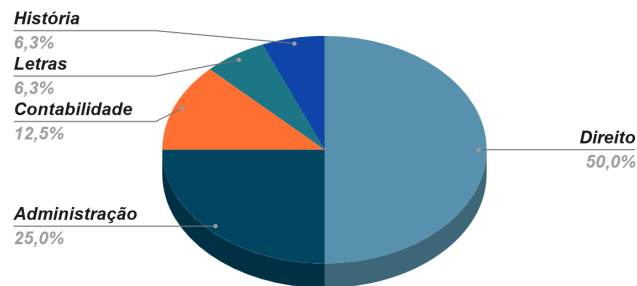


Unidade	Servidores
COAUD	(1) CJ2 – Analista Judiciário (Área Jud.)
SEAGO ¹	(1) FC6 – Técnico Judiciário
	(1) FC1 – Técnico Judiciário
	(1) Analista Judiciário (Área Jud.)
	(2) Técnicos Judiciários
SEALIC	(1) FC6 – Analista Judiciário (Área Jud.)
	(1) Analista Judiciário (Área Jud.)
	(2) Técnico Judiciário
SEAPE	(1) FC6 – Analista Judiciário (Área Adm.)
	(2) Analistas Judiciários (Área Jud.)
	(1) Técnico Judiciário
TOTAL	14 Servidores

¹ A SEAGO conta com 2 estagiários de Ciências Contábeis.



Servidores por área de formação



Nota: Percentuais calculados considerando o total de 16 graduações, em virtude de 2 servidores possuírem formação em mais de uma área do conhecimento.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA



Coordenadoria de Auditoria Interna		
Ações de capacitação	CH	S.Cap.
Auditoria Baseada em Riscos - Módulo Básico	20:00	2
Auditoria Baseada em Riscos - Etapa I: Segurança em auditoria	25:00	1
Gestão de Riscos	2:00	4
COSO ERM - Gerenciamento de Riscos Estrutura Integrada	12:00	4
AUD I EOP	24:00	12
Fiscalização de Contratos de serviços terceirizados	20:00	1
Cálculo Trabalhista e o SEFIP/Esocial aplicados à fiscalização de contratos - Atualizado com a MP 905/19 e Lei 13.932/10	24:00	1
Novidades e repercussões da pandemia nas contratações públicas de acordo com a Lei 13.979/2020 e MP 961/2020	15:00	1
Elaboração de Planilha de custos e formação de Preços de bens e de serviços terceirizados de acordo com a IN 05/2017 SEGES/MPDG e suas alterações	16:00	1
Aposentadorias e Pensões no serviço público - A nova Previdência	20:00	3
Curso Prático de legislação de pessoal - atualização do RJU	20:00	4
Curso de Legislação de Pessoal com enfoque nas competências da área de saúde - turma 1	16:00	1
Indicadores Estratégicos - Melhores Práticas para a efetividade da avaliação de desempenho das organizações	16:00	1
Normas internacionais de auditoria Financeira	40:00	4
Principais aspectos das mudanças da contabilidade aplicada ao setor público	30:00	2



SIAFI Básico	35:00	2
Tesouro Gerencial	60:00	2
Sistema SEI	20:00	2
Programa de Desenvolvimento Humano e Organizacional - PDHO 2019 - EAD	24:00	1
Reforma da Previdência - cenários, perspectivas e novas regras - EC nº 103/2019	04:00	10
Auditoria nas contas anuais-financeira integrada com conformidade	80:00	6
O Atual paradigma da auditoria no setor público	02:00	1
Palestra Prestação de Contas nova regulamentação IN TCU nº 84/2020	02:00	1

Legenda: Carga horária; e S.Cap. – Quantidade de servidores capacitados.

*Não foram computados cursos de menos de 2 horas de duração.

*Não foram computados cursos cujas temáticas não se aplicam a atividade fim da auditoria interna do TRE-BA.

CONCLUSÃO

A análise dos resultados advindos das ações fiscalizatórias realizadas em 2020, bem como das demais iniciativas implementadas pela Coordenadoria no desenvolvimento da atividade de auditoria interna, denota cotidiana preocupação em dar cumprimento às suas competências legais e regimentais, por meio da avaliação da legalidade, eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e transparência dos atos de gestão, e da proposição de melhorias tendentes a mitigar riscos associados aos processos de trabalho avaliados e maximização de recursos com vistas à concretização da missão, visão de futuro e macro objetivos organizacionais.

Salvador - BA, 19 de julho de 2021.

MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS

Chefe da Seção de Auditoria de Licitações e Contratos

RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO

Chefe da Seção de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional

ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES

Chefe da Seção de Auditoria de Pessoal

CATIUSCIA DANTAS ABREU

Coordenadora de Auditoria Interna